

Tributação No Comercio Exterior Brasileiro PDF

ROMULO FRANCISCO VERA DEL
CARPIO



Mais livros gratuitos no Boobook



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Descrição do Produto

Este livro tem como finalidade expandir o entendimento acerca das vantagens fiscais e logísticas proporcionadas pelos regimes aduaneiros.

Esses regimes englobam tanto as abordagens não tarifárias ou administrativas, quanto as administrativas com tarifas ou impostos, aplicáveis a bens, produtos, mercadorias e itens que transitam entre países, seja por meio de importação ou exportação.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

Visões dos melhores livros do mundo

amento
pos

Os 7 Hábitos das
Pessoas Altamente
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5
da Manhã



Como Fazer Amigos
e Influenciar
Pessoas



Com
Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Tributação No Comercio Exterior Brasileiro Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Tributação No Comercio Exterior Brasileiro**

O livro "TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO", de Rômulo Francisco Vera Del Carpio, é essencial para profissionais e estudantes que atuam ou desejam se aprofundar na área de comércio exterior e tributação no Brasil. Especialmente recomendado para advogados, contadores, consultores fiscais e empresários que trabalham com importação e exportação, a obra proporciona uma compreensão aprofundada das nuances legais e tributárias que afetam as operações internacionais. Além disso, acadêmicos que buscam entender como a legislação brasileira interage com as práticas de comércio exterior encontrarão neste livro uma fonte valiosa de conhecimento e análise crítica sobre o tema.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Tributação No Comercio Exterior Brasileiro em formato de tabela

Capítulo	Tema	Descrição
1	Introdução	Apresenta o contexto da tributação no comércio exterior e sua importância para a economia brasileira.
2	Aspectos Legais	Discute a legislação brasileira aplicável à tributação no comércio exterior, incluindo leis, normas e regulamentos.
3	Impostos sobre Importação	Explora os diferentes impostos aplicáveis às importações, como II (Imposto de Importação), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
4	Impostos sobre Exportação	Aborda os tributos que incidem sobre as exportações, como o IE (Imposto de Exportação) e a legislação relevante.
5	Tributação Indireta	Analisa a tributação indireta relacionada ao comércio exterior, incluindo o impacto do ICMS sobre operações internacionais.
6	Formas de Discriminação de Tributos	Descreve as formas de discriminação e a importância da correta identificação dos tributos nas operações comerciais.
7	Incentivos e Desonerações Fiscais	Examina os incentivos fiscais e desonerações disponíveis para empresas que atuam no comércio exterior.



Capítulo	Tema	Descrição
8	Controvérsias e Jurisprudência	Discute casos de litígios e a jurisprudência relacionada à tributação no comércio exterior.
9	Perspectivas Futuras	Reflete sobre as futuras tendências e possíveis mudanças na legislação tributária do comércio exterior brasileiro.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Tributação No Comercio Exterior Brasileiro

Lista de capítulos resumidos

1. Fundamentos da Tributação no Comércio Exterior Brasileiro: Conceitos e Princípios
2. Análise das Implicações Fiscais para as Exportações Brasileiras
3. Tributação na Importação: Regras e Exceções para Empresas
4. Os Impactos da Legislação Brasileira nas Relações Comerciais Internacionais
5. Aspectos Práticos da Gestão Tributária nas Operações de Comércio Exterior
6. Desafios e Tendências Futura da Tributação no Comércio Exterior no Brasil



1. Fundamentos da Tributação no Comércio Exterior Brasileiro: Conceitos e Princípios

O comércio exterior brasileiro é direcionalmente influenciado por uma estrutura tributária complexa, que abrange uma série de conceitos e princípios que fundamentam a cobrança de tributos nas operações internacionais. A tributação no comércio exterior não se limita à determinação de alíquotas; ela é um reflexo das políticas econômicas do país, das necessidades de arrecadação e do ambiente competitivo global.

Um dos primordiais conceitos da tributação no comércio exterior é a "não-cumulatividade". Este princípio assegura que os tributos pagos em uma etapa da produção ou do ciclo de comercialização não sejam cobrados novamente em etapas subsequentes. No contexto das exportações, as empresas têm direito ao creditamento de tributos pagos nas operações anteriores, diminuindo, assim, a carga tributária efetiva no produto final a ser exportado. Este mecanismo visa incentivar a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional, já que a desoneração tributária pode ser um diferencial em comparação com empresas estrangeiras.

Além disso, a "capacidade contributiva" é um princípio fundamental da tributação que assegura que a carga tributária incida de forma proporcional ao potencial econômico do contribuinte. Em um cenário de comércio



exterior, isso implica que as empresas envolvidas devem ser tributadas de acordo com suas receitas provenientes tanto de exportações quanto de importações. Este aspecto proporciona uma justiça tributária, evitando que pequenas e médias empresas enfrentem a mesma carga tributária que grandes corporações, o que poderia inviabilizar suas operações no mercado internacional.

Outro princípio relevante é o da "legalidade", que estabelece que apenas a lei pode criar ou aumentar tributos, garantindo previsibilidade e segurança jurídica aos contribuintes. Essa característica é especialmente importante no comércio exterior, pois as empresas dependem de uma regulamentação clara para planejar suas operações e definir estratégias tributárias. A constância das normas é crucial, já que mudanças frequentes na legislação podem criar incertezas e riscos adicionais para as empresas brasileiras que operam no exterior.

A "transparência" também se destaca entre os princípios da tributação no comércio exterior. A clareza nas regras e na forma como os tributos são cobrados é essencial para que os empresários - que enfrentam a complexidade do comércio internacional - possam entender suas obrigações tributárias e planejar adequadamente. A falta de transparência pode resultar em evasão fiscal e prejuízos à arrecadação pública.



Por fim, o conceito de "cooperação internacional" ganha espaço na realidade da tributação no comércio exterior. O Brasil, ao se inserir em acordos internacionais e tratados de comércio, busca harmonizar suas normas tributárias com a legislação de outros países, facilitando, assim, as relações comerciais e evitando a dupla tributação. Esse princípio promove o fortalecimento das relações comerciais e a competitividade, tanto para as empresas brasileiras quanto para seus parceiros internacionais.

Em suma, a tributação no comércio exterior brasileiro é pautada por princípios que visam garantir justiça, segurança e competitividade, sendo fundamental para o crescimento econômico e fortalecimento do Brasil no cenário global. Understanding these foundational principles lays the groundwork for analyzing the fiscal implications of Brazilian exports, the complexities of taxation on imports, and the broader impacts of Brazilian legislation on international trade relations.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Análise das Implicações Fiscais para as Exportações Brasileiras

A análise das implicações fiscais para as exportações brasileiras é um tema crítico, uma vez que as normas tributárias desempenham um papel fundamental na competitividade do país no cenário global. No Brasil, a carga tributária sobre as exportações é complexa e envolve diversos níveis de governo, refletindo tanto os tributos diretos quanto os indiretos que podem afetar o preço final de produtos e serviços no exterior.

Os principais tributos que incidem sobre as exportações incluem o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que, embora não sejam cobrados sobre a receita obtida com as exportações, influenciam a lucratividade das empresas exportadoras, afetando, conseqüentemente, a decisão de investir e expandir no mercado internacional. Além disso, as empresas exportadoras podem se beneficiar de incentivos fiscais, como a restituição de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a isenção do ICMS em algumas operações, o que contribui para a redução da carga tributária e o estímulo à competitividade.

Outra implicação importante são as variáveis cambiais, que são fortemente interligadas à política fiscal do país. A tributação sobre as vendas no exterior e o tratamento de receitas em moeda estrangeira devem ser cuidadosamente



geridos para minimizar os impactos negativos da flutuação cambial. A incerteza nessa área pode desincentivar as exportações, tornando produtos brasileiros menos competitivos em comparação a similares de outros países.

As práticas fiscais e suas interpretações pela Receita Federal também influenciam as exportações. O tratamento fiscal de operações de importação e exportação pode variar significativamente, criando um ambiente de incerteza para as empresas. A clara compreensão das normas tributárias e a adequação às regras vigentes são cruciais para a mitigação de riscos fiscais. Além disso, o investimento em gestão tributária eficiente é essencial para a otimização da carga tributária nas operações de exportação, possibilitando o uso adequado de regimes especiais e incentivos fiscais.

Por último, a análise das implicações fiscais não pode ser dissociada das tendências de globalização e da crescente pressão por uma maior harmonização tributária internacional. As empresas precisam estar atentas às mudanças nas regras fiscais, que podem surgir a partir de acordos comerciais e de iniciativas de simplificação do comércio exterior, como a adesão do Brasil a tratados internacionais que visam reduzir a burocracia e a carga tributária sobre as transações comerciais.

Assim, é evidente que a gestão fiscal das exportações brasileiras exige um entendimento aprofundado dos aspectos tributários e um planejamento



estratégico eficaz, a fim de garantir uma atuação competitiva no mercado global.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Tributação na Importação: Regras e Exceções para Empresas

A importação de bens e serviços no Brasil está sujeita a um complexo regime de tributação, que se baseia em um conjunto de normas e regulamentos estabelecidos tanto pela legislação federal quanto pela legislação estadual e municipal. Esse sistema visa proteger a indústria nacional, regular o comércio exterior e arrecadar receitas para o Estado. Neste contexto, as empresas que operam no comércio internacional precisam estar cientes das principais regras e das possíveis exceções aplicáveis à importação de mercadorias.

Dentre os tributos mais relevantes incidentes sobre a importação, destacam-se o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Integração Social (PIS-Importação). O Imposto de Importação, por exemplo, é um tributo federal que incide sobre a entrada de mercadorias estrangeiras no Brasil e é calculado a partir do valor aduaneiro dos bens importados, que inclui o preço da mercadoria, os custos de transporte até o Brasil e o seguro. Já o IPI é aplicado sobre produtos industrializados e, no caso da importação, deve ser pago na entrada da mercadoria no território nacional.



O ICMS, por sua vez, é um imposto estadual que incide sobre a circulação de mercadorias e certos serviços e, na importação, sua alíquota é definida conforme a legislação de cada estado. Cada unidade federativa pode ter alíquotas diferentes, o que influencia na competitividade das empresas que atuam em diferentes regiões do país. No que tange ao PIS e à Cofins, esses tributos são de caráter federal e têm como objetivo a previdência social e o financiamento da seguridade social, sendo cumulativos ou não, dependendo do regime adotado pela empresa.

Além das exigências tributárias gerais, existem regras e exceções que podem ser aplicadas a empresas em diversas situações. Por exemplo, as empresas que fazem parte de regimes especiais, como o benefício da Zona Franca de Manaus ou os regimes de incentivos fiscais para áreas de desenvolvimento, podem ter isenções ou reduções de tributos sobre suas operações de importação. Outras exceções também podem ser garantidas através de acordos de acordos internacionais, que promovem reduções tarifárias de acordo com a origem das mercadorias, favorecendo, por exemplo, produtos oriundos de países membros do Mercosul.

É importante destacar que a configuração do crédito de ICMS na importação também possui particularidades. A legislação permite que as empresas importadoras se apropriem do crédito de ICMS, proporcional ao valor do imposto pago na operação de importação, que poderá ser utilizado para



compensar débitos futuros. Entretanto, a correta apuração desse crédito requer rigor no cumprimento das normas e na documentação das operações, de forma a garantir que a empresa esteja amparada em uma eventual fiscalização.

Ademais, o não cumprimento das regras fiscais pode resultar em penalidades, multas e impedimentos na regularização da empresa junto aos órgãos competentes, além de dificultar sua atuação no mercado. Portanto, as empresas precisam ter um planejamento tributário eficiente que considere não apenas as obrigações fiscais, mas também as oportunidades de benefício que a legislação oferece.

Considerando a dinâmica das relações comerciais internacionais e a constante atualização da legislação tributária, é crucial que as empresas atuantes no comércio exterior mantenham-se informadas sobre as mudanças que podem afetar a importação de produtos e insumos. A negociação de contratos, a escolha de fornecedores e o planejamento logístico devem ser realizados em conformidade com as regras tributárias vigentes, a fim de evitar surpresas indesejadas e garantir a saúde financeira e competitiva da empresa no mercado nacional e internacional.



4. Os Impactos da Legislação Brasileira nas Relações Comerciais Internacionais

A legislação tributária brasileira exerce um papel crucial nas relações comerciais internacionais, moldando tanto a competitividade do Brasil no cenário global quanto as estratégias das empresas envolvidas em atividades de comércio exterior. A complexidade e a rigidez do sistema tributário brasileiro podem influenciar diretamente as decisões de investimento estrangeiro e as operações das empresas nacionais que buscam integrar-se ao mercado internacional.

Um dos principais impactos da legislação brasileira é o seu reflexo sobre a competitividade das exportações. As diversas taxas e impostos que incidem sobre as transações comerciais podem elevar o custo total dos produtos brasileiros, tornando-os menos atrativos em comparação com os de outros países. Impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Importação (II) e contribuições como PIS e Cofins exigem um controle detalhado e podem desestimular o envio de mercadorias ao exterior. Assim, as empresas precisam elaborar estratégias fiscais bem planejadas para mitigar esses encargos e permanecer competitivas em mercados internacionais.

Além disso, a situação fiscal internacional exige que as empresas estejam cientes das diferentes legislações em cada país, em relação à tributação de



produtos importados e exportados. A não conformidade com as leis fiscais pode resultar em penalidades severas, afetando não apenas as finanças das empresas, mas também sua reputação e sua capacidade de operar em mercados externos. Portanto, as organizações precisam investir em conhecimento e em consultorias que as ajudem a se adaptar e cumprir as normas tributárias tanto no Brasil quanto nos países com os quais desejam negociar.

Outro impacto significativo da legislação brasileira nas relações comerciais internacionais é a dificuldade em prever mudanças nas regras tributárias. A constante alteração nas leis, frequentemente motivada por questões políticas e econômicas internas, gera incertezas que tornam o planejamento tributário uma atividade complexa. As empresas que não se adaptam rapidamente às mudanças correm o risco de sofrer perdas financeiras e desvantagens competitivas.

A legislação também afeta as relações bilaterais e multilaterais do Brasil. Termos de acordos comerciais, como aqueles estabelecidos em tratados de livre comércio, são muitas vezes influenciados pelo ambiente tributário. O Brasil, ao negociar acordos, deve considerar não só as preferências tarifárias, mas também como a tributação pode impactar a troca de bens e serviços. A adoção de medidas protecionistas muitas vezes leva a retaliações por parte de parceiros comerciais, resultando em um ciclo vicioso que pode prejudicar



o comércio exterior.

Diante desta realidade, as empresas devem priorizar a gestão tributária como uma parte fundamental de sua estratégia de comércio exterior. Isso inclui o uso de tecnologias de automação para garantir Compliance fiscal, a realização de auditorias frequentes para identificar riscos e oportunidades de economia tributária, e o desenvolvimento de uma cultura organizacional que valorize a informação e o treinamento contínuo em matéria tributária.

Em suma, a legislação tributária brasileira tem impactos profundos nas relações comerciais internacionais, afetando a competitividade do Brasil e a forma como as empresas operam no comércio exterior. A compreensão desses impactos é vital para quem deseja atuar no mercado global, pois um bom planejamento tributário pode ser o diferencial entre o sucesso e o fracasso nas transações internacionais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Aspectos Práticos da Gestão Tributária nas Operações de Comércio Exterior

A gestão tributária nas operações de comércio exterior no Brasil representa um desafio significativo para empresas que buscam maximizar sua competitividade no mercado global. Os aspectos práticos envolvidos nesse gerenciamento são cruciais para garantir a conformidade fiscal e, ao mesmo tempo, otimizar a carga tributária.

Um dos aspectos fundamentais da gestão tributária é o conhecimento detalhado das legislações internacionais e nacionais que regem o comércio exterior. As empresas que operam nesse setor precisam estar atentas às regras que variam conforme o tipo de produto, o canal de venda e o país de destino ou origem. A complexidade das normas exige uma equipe qualificada, capaz de interpretar legislações como a Lei Geral de Tributação, o Regulamento Aduaneiro, além de acordos comerciais que possam impactar na tributação.

Além disso, é essencial a implementação de sistemas de gestão que integrem informações financeiras e fiscais. A correta parametrização desses sistemas facilita o controle de documentos fiscais, como notas fiscais e registros de importação e exportação, e permite um acompanhamento em tempo real das operações. Isso otimiza processos, reduzindo erros e melhorando a eficiência operacional, que são fundamentais em um ambiente de alta carga tributária.



Outro ponto importante é a definição de um planejamento tributário estratégico. Esse planejamento deve considerar as especificidades do comércio exterior, buscando alternativas legais que assegurem a redução da carga tributária. Por exemplo, o uso de regimes especiais de tributação, incentivos fiscais e a exploração de benefícios comerciais oferecidos em acordos bilaterais. As empresas devem analisar constantemente a viabilidade de tais regimes e sua aplicabilidade em suas operações específicas.

Os aspectos práticos da gestão tributária também envolvem a capacitação contínua da equipe responsável. Investir em treinamentos periódicos é fundamental para que os profissionais estejam atualizados com as frequentes mudanças legislativas e possam, assim, aconselhar a empresa de forma eficiente quanto às melhores práticas tributárias. Além disso, a orientação jurídica adequada pode prevenir contenciosos e garantir que as transações sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente.

Por fim, a comunicação entre as áreas de negócios e as equipes de compliance fiscal é imprescindível. Essa colaboração garante que a perspectiva tributária seja considerada na tomada de decisão, desde a negociação com fornecedores até a definição de estratégias de venda. Uma abordagem integrada não só facilita a gestão tributária, mas também potencializa o desempenho financeiro das operações internacionais da



empresa.

Em suma, a gestão tributária nas operações de comércio exterior é uma prática que requer atenção integral aos detalhes, um planejamento cuidadoso e um entendimento profundo das normas aplicáveis. O sucesso nessa área não apenas ajuda as empresas a evitar penalizações, mas também cria oportunidades para a maximização da eficiência tributária e competitividade no mercado global.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Desafios e Tendências Futura da Tributação no Comércio Exterior no Brasil

A tributação no comércio exterior brasileiro enfrenta uma série de desafios que precisam ser considerados para o futuro. Em um cenário global em constante transformação, com novas normas internacionais de comércio e mudanças nas políticas econômicas, a necessidade de uma revisão da legislação tributária se torna premente. Um dos principais desafios é a complexidade do sistema tributário, que pode ser um obstáculo significativo para as empresas que buscam se expandir em mercados internacionais. As constantes alterações nas regras fiscais e a interpretação variada dessas normas por diferentes autoridades fiscais criam um ambiente de incertezas, dificultando o planejamento tributário adequado por parte das organizações.

Além disso, a carga tributária elevada e a burocracia excessiva associada à importação e exportação complicam ainda mais as operações comerciais. As empresas frequentemente enfrentam atrasos e custos adicionais devido à necessidade de cumprir um emaranhado de obrigações fiscais, o que pode torná-las menos competitivas em relação a empresas de outros países. Esse cenário exige uma reformulação que simplifique os tributos e, ao mesmo tempo, permita uma arrecadação justa e equitativa para o Estado.

Outra questão relevante é a adaptação às novas tecnologias. O crescimento do e-commerce e as transações digitais de comércio exterior requerem uma



abordagem inovadora na tributação. O uso de big data, inteligência artificial e blockchain pode revolucionar a forma como as transações comerciais são monitoradas e tributadas. Porém, a implementação dessas tecnologias demanda investimentos e capacitação dos profissionais envolvidos, além de um aparato legal que acompanhe essas inovações para garantir que a legislação tributária não se torne obsoleta.

Em relação aos tratados internacionais, o Brasil precisa adaptar suas políticas tributárias para alinhar-se às normas internacionais e beneficiarse de acordos de livre comércio, que têm como objetivo facilitar as transações entre países. A harmonização tributária pode diminuir as barreiras fiscais e proporcionar um ambiente mais favorável para o comércio exterior, estimulando a competitividade das empresas brasileiras no mercado global.

Em suma, os desafios à frente envolvem tanto questões internas quanto fatores externos que impactarão diretamente a tributação no comércio exterior. O futuro exige um olhar crítico e proativo para a reestruturação desse sistema, buscando não apenas eficiência e desburocratização, mas também justiça fiscal. As tendências apontam para a necessidade de um diálogo contínuo entre o governo e o setor privado, visando a criação de um ambiente que promova não só o crescimento econômico, mas também a inserção do Brasil de maneira mais efetiva no comércio mundial.



5 citações chave de Tributação No Comercio Exterior Brasileiro

1. A tributação no comércio exterior é um instrumento crucial para a regulação da balança comercial e proteção das indústrias nacionais.
2. O sistema tributário brasileiro impõe desafios significativos aos importadores e exportadores, impactando diretamente na competitividade das empresas.
3. A análise dos tratados internacionais revela a necessidade de harmonização entre a legislação tributária e as práticas comerciais globais.
4. A adoção de políticas fiscais eficientes no comércio exterior pode promover o crescimento do mercado interno e a atração de investimentos.
5. As mudanças constantes na legislação tributária exigem que os profissionais da área estejam sempre atualizados para evitar penalidades e maximizar a eficiência tributária.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar